



**Autor**  
Lúcio Delfino

**DIREITO**  
**PROCESSUAL CIVIL**  
Artigos e Pareceres

**Área específica**  
Direito Processual Civil.

Esta obra reúne artigos e pareceres técnicos desenvolvidos pelo autor ao longo dos últimos anos, todos alusivos a assuntos que tocam o direito processual civil. O que se vê aqui é o retrato de angústias surgidas frente a questionamentos reais decorrentes da praxe jurídica, além das respostas elaboradas como tentativas de saná-los. Também é característica da obra a preocupação em levar ao leitor temas que se afinam ao direito material e que o relacionam harmonicamente com o direito processual, numa manifesta intenção de evidenciar o necessário entrelaçamento entre essas duas realidades normativas. Finalmente, os escritos ora reunidos particularizam-se por revelarem exegeses produzidas segundo parâmetros constitucionalmente estabelecidos.

**Áreas afins**  
Direito Constitucional. Direito Civil.  
Direito do Consumidor.

**Público-alvo/consumidores**  
Estudantes. Advogados. Promotores de Justiça.  
Magistrados.

**FORMATO:** 14,5 X 21,5 cm  
**CÓDIGO:** 10000134

D349d

Delfino, Lúcio

Direito processual civil: artigos e pareceres / Lúcio Delfino; prefácio de Fredie Didier Jr.; apresentação de Lídia Prata Ciabotti. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

399 p.

ISBN 978-85-7700-483-6

1. Direito processual civil. 2. Direito constitucional. 3. Direito civil. 4. Direito do consumidor. I. Didier Jr., Fredie. II. Ciabotti, Lídia Prata. III. Título.

CDD: 341.46

CDU: 347.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

DELFINO, Lúcio. Direito processual civil: artigos e pareceres. Belo Horizonte: Fórum, 2011. 399 p. ISBN 978-85-7700-483-6.

## SUMÁRIO

Fredie Didier Jr .....	19	
Apresentação		
Lídia Prata Ciabotti .....	21	
Nota Introdutória .....	25	
Parte I		
Artigos		
1 O Processo Democrático e a Ilegitimidade de Algumas Decisões Judiciais .....	29	
1 Considerações introdutórias .....	29	
2 A legitimidade do poder no Estado Democrático de Direito .....	30	
3 A tensão entre jurisdição e democracia .....	34	
4 A feição contemporânea do contraditório .....	40	
5 Casos práticos de decisões judiciais proferidas à margem do contraditório .....	48	
5.1 A condenação à multa por litigância de má-fé .....	48	
5.2 A condenação por honorários de sucumbência e a incidência dos juros moratórios e correção monetária .....	52	
5.2.1 Considerações iniciais .....	52	
5.2.2 Os honorários sucumbenciais .....	54	
5.2.3 Os juros e a correção monetária .....	56	
5.3 Decisões judiciais elaboradas com assento em tese jurídica diversa daquelas debatidas ao longo do procedimento .....	60	
5.4 Decisões judiciais fundadas em presunção judicial construída em atentado à dialética processual .....	64	
5.5 Decisões judiciais produzidas de ofício .....	68	
5.6 Decisões judiciais que desconsideram abruptamente a personalidade de pessoas jurídicas .....	70	
5.7 Decisões que julgam embargos de declaração .....	75	
6 Conclusões .....	77	
2 A Lei nº 12.016/09 e o Direito Processual Intertemporal – Primeiras Impressões .....		81
1 Introdução .....	81	

2	Identificação da denominação direito intertemporal .....	82
3	Retroatividade ou irretroatividade da lei? .....	83
4	Efeitos retroativo e imediato da lei .....	86
5	A lei processual – Aplicação retroativa ou imediata? .....	87
6	Particularidades da lei processual .....	91
7	Enunciados hermenêuticos de direito processual intertemporal .....	93
8	O direito intertemporal processual e a Lei nº 12.016/09 .....	95
8.1	Os processos já findos, aqueles ainda não instaurados e a Lei nº 12.016/09 .....	96
8.2	O prazo de 30 dias para impetração do mandado de segurança por terceiro em favor do direito originário (Lei nº 12.016/09, art. 3º, parágrafo único) .....	96
8.3	A necessária indicação da pessoa jurídica na petição inicial (Lei nº 12.016/09, art. 6º, caput) .....	98
8.4	O prazo para a autoridade coatora prestar informações (Lei nº 12.016/09, art. 7º, I) .....	100
8.5	A exigência de caução, fiança ou depósito (Lei nº 12.016/09, art. 7º, III) .....	101
8.6	Restrições ao “poder-geral de antecipação” e a sua extensão à disciplina dos arts. 273 e 461 do Código de Processo Civil (Lei nº 12.016/09, art. 7º, §§2º e 5º) .....	101
9	Conclusão .....	103
3	Ponderações sobre a Interpretação Jurídica no Estado Constitucional .....	105
1	Introdução .....	105
2	Modelos de Estado e interpretação jurídica .....	106
2.1	Estado Liberal .....	106
2.2	Estado Social .....	109
2.3	Estado Democrático de Direito .....	112
3	A democracia e sua importância para o Estado Democrático de Direito .....	113
4	Um debate que se faz importante — Procedimentalismo versus substancialismo .....	121
5	Algumas notas sobre a interpretação jurídica .....	125
5.1	As singularidades do caso concreto .....	127
5.2	As disparidades histórico-ideológicas entre a norma e a realidade .....	128
5.3	A legalidade constitucionalizada .....	129
5.4	A (re)avaliação das tradições (e pré-conceitos) do próprio intérprete .....	132
6	Conclusões .....	138
4	A Tutela Jurisdicional do Direito a Alimentos Gravídicos – Análise às Técnicas Processuais Diferenciadas Instituídas pela Lei nº 11.804/08 .....	141
1	Introdução .....	141
2	A pertinência do tema tutela dos direitos no âmbito do direito processual civil .....	142
3	A tutela jurisdicional e a tutela jurisdicional dos direitos .....	143
4	Técnicas processuais e a tutela jurisdicional de direitos .....	145
5	O direito material a alimentos e as suas necessidades .....	148
6	Técnicas processuais e a tutela jurisdicional de direitos a alimentos .....	151
7	A Lei nº 11.804/08 e as técnicas processuais diferenciadas à tutela de direitos a alimentos gravídicos .....	153
7.1	Considerações iniciais .....	153
7.2	O conceito e a extensão dos alimentos gravídicos .....	154
7.3	A especial situação do nascituro .....	155
7.4	Visão geral do procedimento instituído pela Lei nº 11.804/08 .....	157
7.5	A legitimidade ativa e passiva .....	162
7.6	A competência .....	164
7.7	A cognição .....	164
7.8	A tutela antecipada .....	168
7.9	A coisa julgada e seus limites .....	169
7.9.1	Considerações iniciais .....	169
7.9.2	Os limites objetivos da coisa julgada .....	170
7.9.3	Os limites subjetivos da coisa julgada .....	172
7.10	Apontamentos finais .....	173
8	Conclusão .....	177
5	Flexibilização Procedimental no Novo CPC .....	179
6	A Tutela Antecipada nas Ações de Responsabilidade Civil por Acidentes de Consumo – A Facilitação do seu Deferimento em Prol do Consumidor .....	189

1	Introdução .....	189
2	O consumidor como parte vulnerável das relações de consumo – A vulnerabilidade como consectário do princípio da igualdade .....	190
3	A responsabilidade civil nas relações de consumo – Generalidades .....	191
3.1	Os pressupostos da responsabilidade civil por acidentes de consumo .....	193
3.2	Excludentes de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços .....	195
3.2.1	A não colocação do produto no mercado .....	196
3.2.2	A prova da inexistência do defeito .....	197
3.2.3	A culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro .....	197
3.2.4	A força maior .....	198
4	A tutela antecipada a serviço do consumidor .....	199
5	Situações facilitadoras da concessão de tutela antecipada em demandas que envolvem relações de consumo .....	200
6	Conclusões .....	205
7	Anotações Procedimentais e Materiais sobre a Execução de Tutela Antecipada para o Pagamento de Soma em Dinheiro .....	209
1	Introdução .....	209
2	A desnecessidade de se estabelecer nova relação processual destinada à execução de decisão que concede tutela antecipada de soma em dinheiro .....	210
3	Incoerência do procedimento da execução provisória para a execução de tutela antecipada de soma em dinheiro .....	213
4	Alguns meios executórios destinados a garantir a efetividade da execução de tutelas antecipadas de pagamento de soma em dinheiro .....	219
4.1	As astreintes .....	219
4.2	A penhora on line .....	222
4.3	Restrição de direitos .....	225
4.4	A prisão .....	226
5	Conclusões .....	230
8	A Tutela Jurisdicional na Responsabilidade Civil das Indústrias do Tabaco – Questões Atinentes à Matéria Probatória .....	231
1	Introdução .....	231
2	A importância da prova e do mecanismo de distribuição do ônus probatório .....	233
3	O elenco de requisitos a serem provados com o intento de assegurar a responsabilidade civil das indústrias do tabaco .....	235
4	A prova de que o fumante consome/consumia cigarros fabricados pela indústria do fumo inserida no polo passivo da ação .....	236
4.1	Fumantes cujo consumo englobou duas ou mais marcas de cigarros, fabricadas por diversas indústrias de cigarros .....	238
5	A prova dos danos (morte, enfermidades diversas, danos morais) .....	239
6	A prova do nexo de causalidade entre o consumo de cigarros e a(s) enfermidade(s) .....	242
6.1	A teoria da equivalência dos antecedentes causais .....	245
6.2	A teoria da causalidade adequada .....	246
6.3	A teoria do dano causal direto e imediato .....	248
6.4	Teorias sobre o nexo causal e sua aplicação no tema sob análise .....	249
7	A manutenção da presunção do(s) defeito(s) .....	253
8	Há necessidade de se provar o nexo entre a(s) imperfeição(ões) do cigarro e a enfermidade acarretada ao fumante? .....	255
9	A inversão do ônus da prova .....	256
10	A publicidade enganosa e abusiva e a sua prova .....	258
11	Conclusões .....	260
9	A Natureza Jurídica da Multa Prevista no Art. 196 do Código de Processo Civil .....	263
10	A Aplicação do Art. 733 do Código de Processo Civil à Execução de Alimentos Firmados em Escritura Pública .....	269
11	A não Criação de uma Nova Modalidade de Fraude à Execução pelo Art. 615 - A, §3º, do Código de Processo Civil .....	273
12	A Atuação dos Poderes Instrutórios do Juiz e a sua Imparcialidade .....	277
Parte II		
Pareceres		
1	Partilha de Bens Pertencentes à Sociedade Empresária – Incompatibilidade Procedimental e Incompetência do Juízo Especializado .....	283
1	A consulta .....	283
2	O parecer .....	284

2.1 A inadequação procedimental .....	286
2.2 A incompetência absoluta do Juízo de Família .....	290
3 Resposta ao quesito .....	292
2 A Tutela Jurisdicional Específica e o Direito de Vizinhança .....	295
1 A consulta .....	295
2 O parecer .....	296
2.1 A regularidade da obra edificada .....	296
2.2 A prova pericial .....	301
3 Respostas aos quesitos .....	302
3 O Contrato de Seguro e a Renovada Polêmica Relacionada à Premeditação do Suicídio depois da Publicação do Código Civil de 2002 .....	303
1 A consulta .....	303
2 O parecer .....	304
2.1 O contrato de seguro de vida e o suicídio involuntário .....	304
2.2 O art. 798 do Código Civil e o ônus da prova .....	312
2.3 O direito à indenização .....	313
2.4 Correção monetária e juros .....	315
3 Respostas aos quesitos .....	316
4 Ato Processual Incoerente às Formas Previstas no Art. 690 do Código de Processo Civil (Modo de Pagamento da Arrematação) e o Princípio da Instrumentalidade das Formas .....	319
1 A consulta .....	319
2 Parecer .....	321
2.1 Ausência de interesse de agir .....	321
2.2 Lesão ao art. 690 do Código de Processo Civil – Ausência de prejuízo ao devedor .....	323
2.3 Blindagem do embargado contra a eventual condenação de honorários de sucumbência .....	331
3 Conclusões .....	332
5 A Inviabilidade da Aplicação da Fungibilidade Recursal em Caso de Erro Grosseiro .....	335
1 A consulta .....	335
2 O parecer .....	336
2.1 O erro grosseiro na interposição recursal e o não conhecimento do agravo por instrumento .....	336
2.2 O princípio da unicidade recursal e o não conhecimento da apelação .....	338
2.3 A ausência de interesse recursal .....	340
2.4 A ausência de capacidade postulatória .....	341
3 Respostas aos quesitos .....	343
6 Condenação de Advogado à Litigância de Má-Fé – Cariz Autoritário da Decisão e Atentado ao Devido Processo Legal .....	345
1 A consulta .....	345
2 O parecer .....	346
2.1 Interesse e objeto recursal .....	346
2.2 O autoritarismo da condenação de advogado à litigância de má-fé .....	347
3 Respostas aos quesitos .....	354
7 A Desnecessidade de Demonstração da Urgência para o Deferimento de Tutela Antecipada Possessória (Posse Nova) .....	357
1 A consulta .....	357
2 O parecer .....	359
2.1 Os requisitos autorizadores da tutela antecipada possessória .....	359
2.2 A efetiva demonstração dos requisitos que ensejam a concessão da tutela antecipada possessória no caso sob exame .....	362
2.3 O atentado ao art. 1.210, §2º, do Código Civil de 2002 .....	365
2.4 O deferimento da tutela antecipada recursal .....	368
3 Respostas aos quesitos .....	370
8 Modalidade de Liquidação Disforme à Anunciada no Acórdão e Oferta de Impugnação ao Cumprimento de Sentença Antes da Penhora .....	371
1 A consulta .....	371
2 O parecer .....	374
2.1 A desnecessidade de instauração de liquidação de sentença na modalidade anunciada no acórdão .....	374
2.2 A natureza da resposta apresentada pela devedora .....	377

2.3 O suposto excesso na execução .....	381
3 Respostas aos quesitos .....	383
Índice de Assuntos .....	385
Índice da Legislação .....	391
Índice Onomástico .....	397